

# **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Uma revisão sistemática de literatura<sup>1</sup>.**

**Pamille da Cunha Sobrinho<sup>2</sup>  
Débora Alfaia da Cunha<sup>3</sup>**

## **RESUMO**

O texto apresenta os resultados de uma revisão sistemática da literatura que contou com análise de artigos sobre avaliação da aprendizagem e sobre avaliação na perspectiva da educação inclusiva. O estudo incluiu a análise de 16 artigos, selecionados a partir de uma consulta ao banco de dados do Scielo. Os critérios para a escolha dos artigos foram a presença das palavras-chave: aprendizagem, avaliação e atendimento educacional especializado, sendo excluídos os artigos que não correspondiam aos critérios de seleção. Dessa forma, a partir do referido levantamento, o procedimento seguiu o caminho metodológico: resumo, descrição das pesquisas e comparação dos estudos, identificando os sujeitos da pesquisa, a metodologia e os resultados. A análise dos diferentes artigos evidencia que a avaliação, tanto dos alunos sem deficiência quanto dos com deficiência, é um processo em construção que requer a mudança e a melhoria de vários aspectos, com destaque ao aperfeiçoamento profissional dos docentes. Assim, as pesquisas indicam a formação continuada e a capacitação de professores e demais servidores da escola, como uma condição prévia para que ocorra, de fato, uma avaliação emancipatória e formativa, tão necessária a inclusão no âmbito escolar.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Avaliação da Aprendizagem. Revisão sistemática.

## **1. INTRODUÇÃO**

Segundo a legislação vigente, a educação inclusiva objetiva: “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. (BRASIL, Lei brasileira de Inclusão LBI, 2015).

Além disso, a educação Inclusiva vem ao longo dos anos propondo ações que garantam não só o acesso, mas também a permanência do aluno com deficiência nas redes de ensino.

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará- UFPA, Campus Universitário de Castanhal como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

<sup>2</sup> Graduada. Licenciatura em Pedagogia, Campus de Castanhal, Universidade Federal do Pará (UFPA).

<sup>3</sup> Doutora em Educação - Docente da Faculdade de Pedagogia, Campus Castanhal, UFPA.

Todavia, tornar a escola um espaço inclusivo não significa transformá-la em um ambiente para alunos com deficiência, ao estilo das antigas instituições especiais. A inclusão vai além da deficiência, pois se pauta em uma perspectiva social em defesa dos direitos igualitários para todos, pois de acordo com Carvalho (2004, p. 34) “uma escola inclusiva vai além do ‘eu’, do ‘nós’, objetivando os ‘todos nós’”.

Uma avaliação de fato inclusiva deve ser contínua e contextualizada, levando como referência o processo individual do estudante, sem que haja classificações ou comparações, pois, parte do pressuposto de que cada pessoa tem seu modo singular de acessar, produzir e expressar o conhecimento.

Para isso, a avaliação na educação inclusiva demanda estratégias e ferramentas diversificadas, considerando as especificidades de cada aluno. É preciso ter um olhar minucioso com esse educando, acompanhando assim sua trajetória individual e aos poucos descobrindo de que forma ele é capaz de expressar seu conhecimento. Dando-lhe, ainda, condições desafiadoras em sala de aula, levando em consideração a diversidade, para que o educando possa explorar a aprendizagem e as suas possibilidades.

Importa esclarecer que a pesquisa ora apresentada possui justificativas pessoais, nascidas durante o curso de formação, em especial nos estágios em ambientes escolares. Essas experiências formativas instigaram diversos questionamentos.

Assim, visando responder às inquietações, pessoais e acadêmicas, o tema da avaliação da aprendizagem, com foco na avaliação inclusiva, ganhou destaque como o projeto de pesquisa.

Em virtude de vários fatores, em especial a pandemia da Covid-19 que inviabilizou a realização de trabalho de campo, a pesquisa se estruturou como uma revisão sistemática da literatura.

O estudo possui por objetivo analisar os trabalhos que tratam sobre a avaliação da aprendizagem, destacando também os estudos sobre avaliação na perspectiva da educação inclusiva, disponíveis no banco de dados do Scientific Electronic Library Online (SciELO). Tal base é voltada para publicação de artigos científicos, principalmente desenvolvidos em países da América Latina e do Caribe.

A partir desse banco *online* a pesquisa se colocou os seguintes objetivos:

- Identificar e selecionar os estudos relacionados à questão da avaliação da aprendizagem, com destaque aos estudos que enfocam a avaliação na perspectiva da educação inclusiva, disponíveis em língua portuguesa e elaborados de 2007 a 2019;
- Comparar os artigos selecionados, tomando por critério a metodologia utilizada, os principais sujeitos da pesquisa e os resultados obtidos.

A pesquisa articula os resultados dos estudos sobre avaliação da aprendizagem com os que especificam a avaliação na perspectiva da educação inclusiva, por entender que os desafios de uma avaliação comprometida com a aprendizagem são em aspectos gerais, os mesmos, pois avaliar não é apenas determinar um nível de conteúdo depositado, mas perceber o processo de aprender, tomando em conta as particularidades dos sujeitos aprendentes.

Neste contexto, o aluno com deficiência não exige uma avaliação pautada em outros valores, por mais que demande instrumentos específicos. Ainda é o aluno e sua singularidade o foco. Assim, os desafios de uma avaliação formativa e emancipatória aparecem no espaço escolar para todos os professores, tenham esses alunos do público da educação inclusiva ou não.

Espera-se com esse estudo contribuir para o entendimento sobre o estado da arte do processo de ensino e aprendizagem, com destaque a seu desdobramento na educação inclusiva, especificamente nos artigos disponibilizados pelo Scielo.

## **2. REFÊRENCIAL TEÓRICO**

No Brasil, o maior desafio da educação inclusiva está no Atendimento Educacional Especializado (AEE), pois, infelizmente nem todas as escolas ofertam o AEE como deveriam. Com isso, torna-se difícil para o aluno se desenvolver sem uma estrutura adequada. É preciso que a escola ofereça um espaço adequado. Além disso, é necessário que se tenha formação para professores para que trabalhem com o público citado.

Para Mantoan (1997), o desafio da inclusão provoca inquietações, que devem servir para provocar melhorias na educação e para que os estudantes alcancem o direito à educação em sua plenitude, sendo “imprescindível que as escolas aprimorem suas práticas, com o intuito de atender às diferenças”.

Discutir a inclusão dos alunos com deficiência envolvem questões, tais como, as diferentes concepções de deficiência e com elas todo o problema de avaliação, currículo, recursos, reações dos professores, as limitações da escola em sua estrutura e organização e o amparo legal, tão necessário para a inclusão.

A Lei de Diretrizes e bases LDB 9394/96 diz ainda, que a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino. No entanto, o ideal é que a escola tenha uma Sala de Recursos Multifuncional e uma equipe especialista para oferecer o atendimento educacional dentro da escola. Tal atendimento deve ocorrer no contra turno escolar e beneficiar tanto o aluno quanto o professor da sala de aula comum.

Conforme dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10, as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do Atendimento Educacional Especializado e de recursos de acessibilidade organizados e destinados à implantação e organização de espaços de AEE, possibilitando sua oferta no contra turno ao ensino regular nas escolas públicas de educação básica.

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 2009, p.2).

Nessas salas são propostas e desenvolvidas atividades que se diferenciam das que ocorrem em sala de aula comum. Essas atividades não são substitutivas, tampouco são repetições de conteúdos programáticos desenvolvidos em sala de aula ou reforço escolar. São um conjunto de procedimentos específicos, mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos que atenda as especificidades de cada aluno com deficiência (BRASIL, 2009).

A Lei de Diretrizes de Base - LDB 9394/96 determina que pessoas com deficiência sejam incluídas em escolas de ensino regular. Outro ponto importante na Lei é o direito do professor ter em sala o atendimento educacional especializado, promovendo condições de acesso, participação e aprendizagem desse aluno no ensino regular.

Segundo a Resolução CNE/CEB de Nº 436/2012, Art. 9º “Os sistemas de ensino oferecerão nas unidades escolares o Atendimento Educacional Especializado - AEE, que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que atenuem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. Cabe ainda ao referido profissional realizar a ligação entre aluno e o professor da sala de aula regular, permitindo uma troca de experiência que contribua nesse processo educacional e em todo contexto escolar, bem como a inserção desse aluno na sociedade. Segundo Mantoan (2003, p.23)

O ‘preferencialmente’ refere-se a atendimento educacional especializado, ou seja: o que é necessariamente diferente no ensino para melhor atender as especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência naturalmente tem para relacionar-se com o ambiente externo, como, por exemplo: ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), do código braile, o uso de recursos de informática, e outras ferramentas e linguagem que precisam estar disponível nas escolas ditas regulares.

Se a escola for considerada, de fato, um espaço inclusivo esse olhar deve ser para todos os momentos do processo ensino aprendizagem. Deste modo, a inclusão é:

Uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN, 2003, p. 32).

Além disso, a questão da avaliação torna-se como elemento para direcionar a prática pedagógica, colocando em destaque o desempenho escolar desses alunos e a proposição de adaptações curriculares. Seus procedimentos devem permitir uma análise do desempenho pedagógico, oferecendo subsídios para o planejamento e a aplicação de novas estratégias de ensino que permitam alcançar o objetivo determinado pelo professor em cada conteúdo específico. Tendo assim, as adaptações curriculares, a função de buscar:

soluções para as necessidades específicas do aluno, e não o fracasso na viabilização do processo de ensino–aprendizagem. As demandas escolares precisam ser ajustadas, para favorecer a inclusão do aluno. É importante observar que as adaptações focalizam as capacidades, o potencial, e não centralizam nas deficiências e limitações do aluno, como tradicionalmente ocorria. (Brasil, 1999, p.38)

Assim, a avaliação, enquanto processo, tem como finalidade direcionar as providências para a retirada das barreiras identificadas, tanto na aprendizagem quanto no desenvolvimento desses educandos. Caracterizando-se como um instrumento capaz de estabelecer as condições de aprendizagem do aluno e sua relação com o ensino.

Segundo Luckesi (2002), a avaliação da aprendizagem escolar tem sentido “somente quando está envolvida em um projeto pedagógico e com seu projeto de ensino, assim a avaliação requer decisões sobre a aprendizagem e o desenvolvimento dos educandos”.

Infelizmente, a avaliação, para alunos com e sem deficiência, se apresenta ainda, predominantemente, visando à exatidão da reprodução do conteúdo “ensinado” em sala de aula, sendo fundamentada de acordo com Mizukami (1986), no modelo tradicional do processo de ensino-aprendizagem, baseado na simples transmissão de conhecimentos ou na educação bancária, tão criticada por Paulo Freire.

Nesse molde tradicional e burocrático, a avaliação da aprendizagem limita-se a verificação, seleção e classificação, não servindo para reorientar a prática educativa. Seus dados não são utilizados para pensar o processo de ensinar e aprender e, por fim, não servem como espaço de diálogo entre docentes e discentes.

Essa avaliação tradicional, que pouco serve para a formação dos alunos sem deficiência, assume uma perspectiva mais negativa e dramática quando voltada aos alunos com deficiência, pois nesta moldura, serve apenas para atestar suas limitações.

Como explica Luckesi (1998) o principal interesse da avaliação deve ser a aprendizagem do aluno, pois a verdadeira função social da escola é a formação integral dos estudantes, por meio do desenvolvimento de suas competências e habilidades, tendo como horizonte a formação para o exercício da cidadania.

Essa avaliação, centrada no aprender é, efetivamente, inclusiva, pois se pergunta sobre cada aluno, o observa, e não simplesmente o enquadra e mede com as réguas externas da métrica oficial.

Especificamente, nas relações da escola inclusiva, para que realmente aconteça essa avaliação da aprendizagem na perspectiva da inclusão, o professor de sala regular deve trabalhar junto ao profissional da sala de AEE para adaptar as atividades avaliativas de acordo com a necessidade, habilidade e dificuldade de todos os alunos. Tendo assim, o suporte necessário para que não ocorra a exclusão do aluno com deficiência, dando-lhe condições para que se tenha uma aprendizagem adequada.

Pensar uma avaliação inclusiva é, no fundo, pensar uma real avaliação formativa da aprendizagem, pois como explica Hadji (2001) a avaliação não precisa assumir nenhum padrão metodológico para ser formativa, sendo sua destinação, seu sentido, que indica sua “formatividade”.

Ainda para Hadji (2001, p.20) é a vontade de ajudar a quem aprende que qualifica uma atividade como formativa. Nesse aspecto, não há diferença de intencionalidade se o aluno ou a aluna possui ou não deficiência.

Por fim, como pondera Cunha (2011), ao se compreender essa avaliação formativa como uma “vontade de ajudar”, percebe-se o caráter ético do processo avaliativo, que se funda no respeito e na confiança que o aprendiz é possível.

A possibilidade e não a certeza, a esperança e não a mera regulação autoritária, o diálogo e não o simples monólogo tecnocrático desvela que a avaliação formativa possui sempre uma dimensão utópica, o que significa, inclusive, que sua existência concreta jamais é assegurada, porque é nas tramas do dia-a-dia que a formatividade toma corpo ou não. Contudo, como sentenciar Hadji (2001, p. 22), ser utópica não é um problema, mas um desafio, pois a avaliação formativa é uma “utopia promissora. (CUNHA, 2011, P185).

Foi e ainda é na utopia que homens e mulheres seguem na militância em favor da educação inclusiva em sentido *stricto* e em favor da humanidade em sentido *lato*. Nesse sentido, a dimensão utópica pensada para o processo avaliativo formativo se estende a outras dimensões do processo educativo que implicam diretamente em aprender ou não, incluir ou não incluir, etc.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo baseia-se no método de Revisão Sistemática de Literatura onde propõe a determinação de algumas questões de pesquisa, e a partir destas questões o levantamento dos dados necessários para responde-las, orientando assim, à leitura e seleção dos artigos. Para Galvão e Pereira (2014, p.183), a revisão sistemática “trata-se de um tipo de investigação focada em questão bem definida, que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis”.

Além das questões de pesquisa faz-se necessário estabelecer critérios de inclusão e exclusão para seleção dos artigos, critérios esses que devem ser determinados no início da pesquisa.

Uma primeira questão que essa metodologia impõe é a própria escolha do local de coleta, que deve possuir relevância e congrega textos rigorosos sobre a temática.

Tendo em vista as exigências metodológicas, se optou por selecionar artigos disponibilizados no banco de dados do Scielo, por esse se constituir em um site de publicação eletrônica que permite a pesquisa e o acesso a textos completos de periódicos científicos, nacionais e internacionais.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram selecionados os artigos publicados no site citado de 2007 a 2019, utilizando como critério as palavras-chave “avaliação”, “aprendizagem”, “atendimento educacional especializado (AEE)”. Em uma primeira análise foram selecionados artigos pesquisando pelo título e, em seguida, pela leitura dos resumos. Após esta seleção, todos os artigos foram lidos e resumidos.

A partir dessa seleção, os critérios de exclusão foram artigos que apresentavam estas palavras-chave, mas não se enquadravam efetivamente na temática. Por exemplo, na seleção inicial a palavra-chave pesquisada “avaliação” retornou 102 artigos, “aprendizagem” 147 pesquisas, “AEE” mais 57 estudos. Depois de realizada a leitura dos artigos chegou-se ao número de 20 pesquisas incluídas na revisão.

No momento da busca empregaram-se de forma intencional termos mais amplos, com vistas a abarcar uma maior quantidade de produções, evitando que algum estudo importante fosse excluído no levantamento.

Ao final da seleção chegou-se a um conjunto de 16 artigos, sendo 6 sobre aspectos mais amplos da avaliação da aprendizagem e 10 mais diretamente relacionados a avaliação na perspectiva da educação inclusiva. Os quadros 1 e 2 apresentam os estudos selecionados.

Importa esclarecer que a apresentação dos resultados está organizada em duas etapas: a primeira corresponde a tabela com nome dos autores, ano e títulos dos textos selecionados, assim como os resumo dos trabalhos de revisão sistemática encontrado no banco de dados do Scielo. Na segunda etapa, realiza-se as análises da produção científica relevante sobre a temática, realizando comparação entre os mesmos, identificando os sujeitos da pesquisa, a metodologia e os resultados.

**Quadro 1.**

Demonstrativos de autores, ano e título dos artigos selecionados, tema avaliação da aprendizagem X educação inclusiva

Nº	Autor	Ano	Título
1	Nelma de Cássia Silva Sandes Galvão, Theresinha Guimarães Miranda	2013	Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Surdocegueira: um Estudo de Caso no Espaço da Escola Regular
2	Renata Andrea Fernandes Fantacini, Tércia Regina da Silveira Dias	2015	Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual
3	Alexandre Freitas Carvalho, Vitor Antonio Cerignoni Coelho, Rute Estanislava Tolocka	2016	Professores de educação infantil e temas sobre inclusão de crianças com deficiência no ensino regular
4	Libéria Rodrigues NEVES	2017	Contribuições da Arte ao Atendimento Educacional Especializado e à Inclusão Escolar
5	Mylene Cristina Santiago, Mônica Pereira dos Santos, Sandra Cordeiro de Melo	2017	Inclusão em educação: processos de avaliação em questão
6	Manoel Osmar Seabra Junior, Lonise Caroline Zengo de Lacerda	2018	Atendimento Educacional Especializado: planejamento e uso do recurso pedagógico
7	Alexandro Braga Vieira, Ines de Oliveira Ramos, Renata Duarte Simões	2018	Inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento: atravessamentos nos currículos escolares
8	Daniela Karine Ramos, Fernanda Albertina Garcia	2019	Jogos digitais e aprimoramento do controle inibitório: um estudo com crianças do atendimento educacional especializado
9	Libéria Rodrigues Neves, Mônica Maria Farid Rahme, Carla Mercês da Rocha Jatobá Ferreira	2019	Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva.
10	Gláucia Uliana Pinto, Mateus Henrique do Amaral	2019	Formação docente continuada e práticas de ensino no atendimento educacional especializado

Fonte: elaborado a partir do banco de dados do SciELO. 2020

## Quadro 2.

Demonstrativos de autores, ano e título dos artigos selecionados, tema avaliação da aprendizagem

Nº	Autor	Ano	Título
1	Josué Laguardia, Margareth Crisóstomo Portela, Miguel Murat Vasconcellos	2007	Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem
2	Domingos Fernandes	2012	Avaliação das aprendizagens no sistema educativo de português
3	Ana Maria Saul	2015	Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória
4	Adriana Bauer, Ocimar Munhoz Alavarsel, Romualdo Portela de Oliveira	2015	Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate
5	Carlos Alberto Ferreira	2015	Avaliação das aprendizagens no ensino básico português e o reforço da avaliação somativa externa
6	Luciana Soares Muniz, Albertina Mitjáns Martínez	2015	A expressão da criatividade na aprendizagem da leitura e da escrita: um estudo de caso

Fonte: elaborado a partir do banco de dados do SciELO. 2020

## **4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

### **4.1. Resumos dos artigos selecionados no banco de dados do Scielo**

#### **a) Artigos sobre avaliação da aprendizagem**

Como dito anteriormente, foram selecionados 6 artigos nessa categoria. Para compreender o alcance e a natureza desses diferentes textos, apresenta-se a seguir, o resumo de cada produção.

O texto “na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória”, é de autoria de Saul (2015). O artigo tem como principal objetivo analisar as consequências, para a política e a prática educativa, de uma posição hegemônica na qual a avaliação, sob a lógica do controle, tem direcionado uma educação que se pretende de qualidade.

Em sua metodologia apresenta uma matriz contra hegemônica, baseada na teoria e na prática de Paulo Freire concretizada em sua gestão na cidade de São Paulo, no período 1989-1992, como referência para a qualidade da educação em uma perspectiva democrática e emancipatória.

Os acontecidos propõem que os sistemas de ensino que anunciam uma qualidade de educação identificada com princípios democráticos tenham uma prática coerente com os princípios de uma lógica emancipatória. Evidentemente, a estrutura curricular em ciclos requer acompanhamento dos alunos, avaliação contínua, em processo, formação permanente dos educadores e um trabalho participativo e coletivo no planejamento e desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola.

O artigo “Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate”, escrito por Bauer, Alavarsel, Oliveira (2015), tem como ideia principal discutir as principais críticas às avaliações em larga escala presentes na literatura nacional e internacional e sistematizar o debate em torno dos possíveis usos de seus resultados.

O referido autor utilizou para organização do texto dois aspectos recorrentes na literatura: 1. O papel e a validade das avaliações em larga escala nas reformas educacionais, e discuti, também, a fundamentação e conceituação dos testes em

larga escala; e 2. O uso dos resultados das avaliações em larga escala, para a gestão do sistema escolar e das escolas em particular, abrangendo o que os sistemas de ensino e as escolas realizam com os resultados de suas avaliações.

Os efeitos sobre as avaliações em larga escala, consistem em desconhecer que a resposta das escolas e professores a estímulos por melhoria a partir de indicadores ancorados nessas avaliações pode ter um sentido diverso do pretendido. Podem estimular comportamentos perversos, dos quais os mais conhecidos são a exclusão das populações, na qual se supõe que terão os piores resultados. Já nos processos de matrícula, sua ocultação nos dias de aplicação das provas, convidando-os a não comparecerem, ou simplesmente uma amplificação das desigualdades no interior da escola, investindo-se mais nos alunos que apresentem potencialmente perspectivas de melhores resultados.

O estudo “Avaliação das aprendizagens no ensino básico português e o reforço da avaliação sumativa externa”, de Ferreira (2015), tem como finalidade refletir sobre as mudanças na avaliação dos alunos no ensino básico português.

O texto encontra-se organizado em três pontos essenciais. No primeiro, uma reflexão teórica sobre o papel desempenhado pelos exames na responsabilização e na prestação de contas das escolas e dos professores pela qualidade da educação escolar. No segundo ponto, aprofunda as finalidades explícitas e implícitas dos exames nacionais no monitoramento da qualidade da educação escolar pelo Estado e no controle do trabalho dos professores e dos alunos. No terceiro ponto, uma breve análise e reflexão sobre as mudanças na organização curricular do ensino básico português, pormenorizando aqueles referentes à avaliação das aprendizagens.

A partir dos resultados consideramos que a prática da avaliação somativa, que foi reforçada com o referido normativo, deve ser sustentada e complementada pela avaliação formativa contínua realizada durante as aulas, que possibilita o diagnóstico atempado das dificuldades de aprendizagem dos alunos e a intervenção pedagógica. Com essa articulação e complementaridade das duas funções pedagógicas da avaliação, é possível que os alunos tenham melhores desempenhos na avaliação sumativa externa realizada no final de cada ciclo do ensino básico.

A pesquisa intitulada “Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem”, escrito por Laguardia, Portela, Vasconcellos(2007), possui como objetivo apontar a partir de uma revisão da literatura nacional e internacional em periódicos

especializados e sites de busca na internet os aspectos conceituais e metodológicos que norteiam os protocolos de estudo nesse campo.

Faz-se assim, a discussão sobre as questões teóricas envolvidas nesses estudos, a integração entre as diversas disciplinas que tratam da avaliação de tecnologias de informação e a sua interface com a Educação, bem como, a necessidade de orientar os profissionais envolvidos na avaliação de projetos de aprendizagem virtual à distância.

Além disso, os resultados obtidos na avaliação refletirão nas atividades relacionadas ao desenho instrucional, pois os resultados de um informam as atividades do outro e, desse modo, o desenho e a implementação da educação online podem ser continuamente melhorados para atender às necessidades de uma comunidade de aprendizagem em mudança contínua. A diversidade de estratégias metodológicas e suas respectivas vantagens e limitações, o pesquisador deve estar atento aos interesses e às expectativas dos grupos envolvidos e aos aspectos priorizados para a avaliação de um ambiente virtual de aprendizagem.

O estudo do artigo “Avaliação das aprendizagens no Sistema Educativo Português”, escrito por Freitas (2012), tem como alvo apresentar três abordagens possíveis para o ensino por meio de problemas, realçando as vantagens da proposta fundamentada no ensino desenvolvimental.

Para desenvolvimento da pesquisa o primeiro e o segundo tópicos do texto apresentam os fundamentos teóricos e o caminho didático das duas abordagens: aprendizagem baseada em problemas (PBL, do inglês problem based learning) e metodologia da problematização (MP). O terceiro introduz os fundamentos e o caminho didático do ensino desenvolvimental proposto por Davydov, ressaltando seus pontos fortes em relação às outras duas abordagens.

Em seus resultados ainda que tenha como finalidade o desenvolvimento da visão crítica do aluno e seu compromisso com mudanças na realidade, ela apresenta possibilidades mais restritas de utilização, uma vez que se delineia como mais adequada ao ensino dos conteúdos que envolvam questões sociais, éticas e políticas. Já o ensino desenvolvimental pode ser utilizado para o ensino de conteúdos das diversas áreas do conhecimento.

Análise do texto “Expressão da criatividade na aprendizagem da leitura e da escrita: um estudo de caso”, das autoras Muniz, Martínez (2015), destaca as formas

em que a criatividade se expressa na aprendizagem da leitura e da escrita da criança, tendo em vista o contexto escolar.

Para a investigação da pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede pública, com alunos dos primeiros e segundos anos do ensino fundamental, na qual acompanharam os aprendizes por dois anos consecutivos. Empregou-se eixo norteador a pesquisa qualitativa, tendo em vista um perspectiva complexo e histórico-cultural. Nesse viés, optaram por estudo de caso, utilizando instrumentos abertos e semiabertos, tais como: • Dinâmicas conversacionais — expressão livre dos sujeitos a respeito de temas do seu interesse; • Entrevista como processo — a partir de algumas questões norteadoras com os sujeitos, dialogar acerca das ações empreendidas para aprender; • Observação: realizada em sala de aula e em outros momentos do cotidiano escolar; • Diário de ideias — caderno em branco entregue para a criança no início da pesquisa, o qual a acompanhará ao longo de todo o percurso da pesquisa, visando a privilegiar um espaço de produção espontânea da criança.

Mediante os resultados das análises do caso apresentado, foi possível encontrarmos a forma personalizada com que se relacionava com as informações e a própria metodologia da professora, bem como com o contexto de aprendizagem da sala de aula, na forma como confrontava o seu próprio conhecimento com algo que estava aprendendo e também se confrontava com sua própria produção, na geração e produção de ideias que culminaram em novas aprendizagens e na elaboração de livros.

Portanto, a aprendizagem da leitura e da escrita compreendeu que a criatividade emerge nesse processo por um conjunto de elementos que puderam ser elucidados na singularidade do caso aqui configurado, convalidando a sua não restrição a um ou outro elemento, mas resguardada pela confluência das características que se apresentaram.

#### **b) Artigos sobre avaliação da aprendizagem na educação inclusiva**

O trabalho titulado “Professores de educação infantil e temas sobre inclusão de crianças com deficiência no ensino regular”, escrito por Carvalho, Coelho, Tolocka (2016), possui por objetivo analisar a percepção de conhecimento de professores que atuam nesse nível de ensino sobre temas relativos à inclusão e a

avaliação de crianças com deficiências em aulas regulares e como eles procedem nestes casos.

A metodologia partiu da pesquisa de campo com amostra aleatória, com professores regentes de classe e professores de educação física, desempenhada com aplicações de questionário que versava sobre temas básicos para o trabalho com crianças com deficiências: autonomia; inclusão social; especificidade de crianças com deficiência; avaliação; adaptações e possibilidades de movimento corporal. A investigação foi realizada em um município polo de um estado no norte do Brasil.

Entre os resultados, destaca-se que mais da metade do grupo de professores, relatou ter conhecimento precário sobre a inclusão. Grande parte deles preferiu apresentar justificativas, ao invés de exemplificar ações que pudessem ser realizadas. Os poucos exemplos apresentados demonstram superficialidade no tratamento dos temas e ou desconhecimento do mesmo. Além disso, o estudo revelou incoerências, como a declaração 37,63% dos professores que sabem que devem trabalhar atividade de estímulo à autonomia e à inclusão social de crianças com deficiência, mas apenas 5,45% dos docentes pesquisados forneceu exemplos adequados sobre como estimulavam e avaliavam essa autonomia.

O segundo trabalho com título “Inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento: atravessamentos nos currículos escolares”, dos autores Vieira, Ramos, Simões (2018), nesse contexto evidencia a necessidade de produzir conhecimentos sobre a relação existente entre os currículos escolares e os pressupostos da escolarização de alunos com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento.

O procedimento de estudo foi organizado em dois momentos: a) análise das ações da professora participante do ONEESP para compreensão das contribuições da pesquisa em seus saberes-fazer; e b) realização de entrevistas semiestruturada com os profissionais da escola visando a tencionar os desafios presentes na relação entre currículo e educação especial. Estiveram envolvidos 25 professores do ensino fundamental (anos iniciais e finais), sendo que todos contavam com a matrícula de alunos com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento e muitos vivenciando uma experiência inicial de promover a inclusão dos alunos em suas práticas de ensino.

Diante disso, acompanhamos uma docente que atua na Rede Municipal de Vitória – ES e analisamos: a) as contribuições da pesquisa em seus saberes-fazer; e b) realização de entrevistas semiestruturada com os profissionais da escola visando a tencionar os desafios presentes na relação entre currículo e educação especial.

Os dados apontam que várias questões desafiam a escola de ensino regular na relação entre currículo e a escolarização de alunos com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento. Uma delas é o sentimento de não se saber o que ensinar aos alunos. Isso vem se configurando como uma preocupação recorrente nos discursos de muitos professores que, muitas vezes, não se sentem capazes de mediar a aprendizagem de estudantes que fogem ao padrão historicamente valorado pela escola.

No entanto, novas atitudes precisam ser estabelecidas, pois, muitas vezes, as relações entre esses profissionais se constituem por meio de muitos enfrentamentos. Enquanto os primeiros (os professores de sala de aula) não se sentem capacitados; os segundos (os especializados em educação especial), em vários casos, se assumem como aqueles que orientam, pensam em estratégias e disponibilizam recursos, desvinculando dessa dinâmica o compromisso de também conduzir a aprendizagem do estudante de maneira mais ampla.

O trabalho titulado “Formação docente continuada e práticas de ensino no atendimento educacional especializado”, escrito por Pinto, Amaral (2019), com desígnio de discutir a atuação docente na promoção de uma educação escolar que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos com deficiência que estudam na escola comum, repensando as práticas pedagógicas do AEE.

Em sua metodologia utilizou-se de encontros com os professores, bem como algumas práticas pedagógicas, os fundamentos epistemológicos que embasam o estudo: a psicologia histórico-cultural e a pedagogia histórico crítica. Feito isso, apresentamos os caminhos trilhados no desenvolvimento da pesquisa, assim como, a base de análise e discussão dos dados. Por fim, refletimos sobre o projeto formativo com o grupo de professoras.

Tendo como resultados reflexões a partir de situações vivenciadas, apontando os sentidos do ensinar e do aprender que foram se constituindo em práticas, por meio da relação com os outros no contexto de formação continuada, evidenciando as possibilidades de transformação docente e discente nas relações

sociais concretas. Como referência os dados do projeto, os modos como alguns docentes puderam redimensionar a prática com os alunos com deficiência, buscando uma atuação para viabilizar a participação de todos e um trabalho envolvendo o coletivo de professores em seus próprios processos formativos.

Atestamos a necessidade de maiores espaços para discussões teóricas e trabalho com os conteúdos tipicamente escolares, realidade que muitas vezes fica impossibilitada pela precarização do trabalho docente no país. É elementar que o professor tenha conhecimento teórico relacionado aos processos de desenvolvimento, de modo a ter maior criticidade e mais subsídios para orientar suas ações (em sala de aula e na sala de recursos).

Partir da análise de como as escolas de educação integral vem se organizando para garantir o direito ao AEE aos alunos público-alvo da educação especial que poderemos ter indícios e referências de como essas duas políticas são implementadas ao mesmo tempo. Sobre essa problemática se fazem urgentes para subsidiar a construção de orientações e caminhos que contemplem as necessidades dos alunos, considerando que esses têm direito aos apoios especializados que necessitam, assim como, direito à educação integral.

O artigo cogitado “Jogos digitais e aprimoramento do controle inibitório: um estudo com crianças do atendimento educacional especializado”, escrito por Ramos, Garcia (2019), tem como finalidade avaliar as contribuições do uso dos jogos digitais como estratégia complementar no AEE, voltado a crianças que foram identificadas pelas professoras como tendo dificuldades no desempenho do controle inibitório.

A intervenção com jogos foi realizada nas casas, com um convite aos pais a fazerem a mediação para contribuir com o aprimoramento do controle inibitório. Pautando-se nas observações e nos registros realizados pelo pesquisador na proposição de atividades lúdicas e aplicação de testes psicológicos, antes e depois das intervenções, comparando, também, o desempenho entre o grupo participante e o controle. O estudo foi realizado em escola pública federal, que contava, durante a coleta de dados desta pesquisa, com 32 alunos público-alvo da Educação Especial. Destes, 24 alunos realizavam o Atendimento Educacional Especializado na própria escola. No entanto, desses alunos, oito deles participaram da pesquisa.

Apesar de a pesquisa voltar-se para a intervenção com jogos digitais, foram previstas atividades avaliativas que pudessem oferecer indícios sobre o desempenho do controle inibitório em outros contextos, tais como um jogo com

música, movimentos corporais, interação com outros jogos digitais e realização de tarefas em papel nos testes psicológicos. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram o questionário respondido pelas professoras para seleção das crianças e os testes psicológicos utilizados na avaliação pré e pós intervenção.

Os resultados obtidos reforçam que o uso dos jogos pode oferecer contribuições ao desenvolvimento das funções executivas, incluindo crianças que participam do AEE. Destacamos que as características do jogo, como as regras, criam experiências para o exercício do autocontrole, ao definirem limites e o que pode ser feito. Ao mesmo tempo em que os desafios e a narrativa criam um contexto lúdico e divertido, a possibilidade de repetir várias vezes as ações e os feedbacks proporcionam um espaço para aprendizagem seguro.

O trabalho “Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva”, escrito por Neves, Rahme, Ferreira (2019), possui por objetivo analisar os significados do documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e sua relevância para a definição dos rumos da escolarização dos estudantes com deficiência no Brasil, nos últimos dez anos.

Para tanto, partiu-se de alguns conceitos sobre a PNEEPEI, bem como da abordagem de questões específicas do AEE nos últimos dez anos, as quais serão discutidas tendo como referência alguns conceitos de orientação psicanalítica. Esse percurso nos possibilitará abordar efeitos de segregação que persistem nos movimentos de escolarização dos sujeitos PAEE, mesmo que o ordenamento político se pautem pela sua negação.

Com implicação de fazer-se necessária a afirmação da Política Nacional de Educação Especial, legitimada por leis, efetivada por decretos que garantem princípios democráticos no que tange aos direitos sociais dessa população. Faz-se necessária uma perspectiva que ao considerar aquilo que insiste em reaparecer, possa fomentar espaços para invenções cotidianas, movimentos e discussões que busquem inibir atitudes segregativas. De modo que esta política possa fazer valer um princípio inclusivo, comprometido com o laço social e a ética cotidiana, elementos essenciais à configuração da função educativa e ao direito a experiências educativas singulares.

O trabalho titulado “Atendimento Educacional Especializado: planejamento e uso do recurso pedagógico”, escrito por Junior, Lacerda (2018), com finalidade de

analisar as contingências a que o professor do Atendimento Educacional Especializado está submetido ao realizar o desenvolvimento e aplicação dos recursos pedagógicos necessários aos estudantes da sala de recurso multifuncional.

Utilizou-se roteiro de entrevista semiestruturada seguido por análise de conteúdo. Como base para a entrevista e escopo teórico, recorreu-se a um fluxograma com etapas para o desenvolvimento de recursos de tecnologia assistiva.

Os resultados demonstraram que os professores realizam as etapas propostas pelo fluxograma, porém não se exaurem nelas, manifestando na prática docente preocupações em diferentes áreas, como o trabalho colaborativo, a invisibilidade do recurso de tecnologia assistiva, constante compreensão do universo do aluno e principalmente o acompanhamento do uso de recursos no ambiente escolar. Apresenta-se na conjuntura de ações convergência de conhecimentos teóricos, da práxis e da contextualização com a realidade.

A pesquisa de título “Contribuições da Arte ao Atendimento Educacional Especializado e à Inclusão Escolar”, desenvolvido por Neves (2017), com intuito de destacar a importância da presença de atividades artísticas nos espaços de AEE, em especial para os alunos com deficiências no campo intelectual.

Utilizou como metodologia três modelos de trabalho com Arte e Inclusão, relatados: 1) uma oficina desenvolvida na ONG Nosso Sonho (SP), reunindo seis crianças com paralisia cerebral, descrita em Tese de doutorado em Artes Visuais (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo); 2) um livro que sistematiza quinze anos de trabalho do Instituto Rodrigo Mendes (RJ), que desenvolve projetos em arte-educação para sujeitos com e sem deficiência; e, 3) o trabalho da ONG Corpo Cidadão, que, em uma de suas unidades de educação social, desenvolve oficinas de arte com alunos de escola especial juntamente com alunos de escolas regulares, na grande Belo Horizonte.

Obtendo os resultados nas três experiências citadas, percebe-se, pelos relatos, pelos registros (em Tese e livro) e pelas observações a efetividade nos processos de desenvolvimento e de aprendizagem desses sujeitos, diante da proposta de construção de conhecimento. Defende-se aqui que tal efetividade reside na oportunidade da educação em Arte, uma área de conhecimento com foco mantido sempre no sujeito, em suas potencialidades e não na deficiência. O fazer e fruir Arte nos convoca à criação e à imaginação, a partir da ampliação de nossas experiências – individuais e coletivas; ou seja, demandam o exercício cognitivo da

metáfora, permitindo a construção de imagens mentais como esquemas, de modo a evocar e motivar a Cognição Imaginativa.

O estudo titulado “Inclusão em educação: processos de avaliação em questão”, escrito por Santiago, Santos, Melo (2017), tem como alvo apresentar reflexões suscitadas pela pesquisa do Observatório Nacional da Educação Especial (ONEESP) no Estado do Rio de Janeiro no que tange ao processo de avaliação e inclusão em educação.

Através de entrevistas coletivas e da participação dos professores no ciclo de formação continuada, através da realização de três encontros de grupos focais com esses professores, com vista a discutir os eixos temáticos determinados pelo Observatório Nacional.

Identificando três diferentes questões: a primeira se trata do diagnóstico do aluno alvo do atendimento educacional especializado; a segunda se refere às políticas avaliativas de larga escala; e a última se trata das necessárias mudanças multidimensionais nas práticas avaliativas no cotidiano escolar. Indicamos que o processo avaliativo é um importante parâmetro para identificar se as propostas pedagógicas possibilitam condições de aprendizagem e participação para todos os estudantes.

A pesquisa “Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual”, escrito por Fantacini, Dias (2015), tem como objetivo conhecer e refletir sobre a organização da educação inclusiva para o atendimento do aluno com deficiência intelectual nos diferentes espaços educacionais na rede municipal de uma cidade de pequeno porte do interior paulista; buscando-se conhecer a percepção de professores especialistas sobre as condições de ensino organizadas para os alunos com deficiência intelectual nas escolas comuns.

O método utilizado foi à aplicação de entrevistas semiestruturadas aos professores do AEE para conhecer as suas percepções sobre a educação de alunos com deficiência intelectual. A análise dos dados foi articulada com a fundamentação teórica a partir de estudos disponíveis na literatura da área.

Os resultados apresentados indicam que é preciso conhecer como estão ocorrendo às práticas inclusivas. Conclui-se que este estudo é uma amostra de uma experiência que está caminhando e espera-se que possa contribuir para a organização do ensino dos alunos com deficiência intelectual.

O trabalho “Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Surdo Cegueira: um Estudo de Caso no Espaço da Escola Regular”, escrito por Galvão, Miranda (2013), tem como objetivo analisar e discutir as diferentes formas de Atendimento Educacional Especializado prestadas aos alunos com surdo cegueira, matriculados na Educação Básica de escolas regulares da cidade de Salvador-Bahia, apontando aspectos significativos, as barreiras evidenciadas e possibilidades para o atendimento das necessidades especiais desses alunos.

Para seu procedimento, como amostra, quatro alunos surdo cegos, sendo três do ensino Fundamental II e um do Ensino Médio, o instrumento de coleta de dados foi entrevista realizada com profissionais que atuavam no AEE e os dados foram organizados considerando três categorias: a dinâmica do AEE, ação do profissional no desenvolvimento do AEE e a conexão entre o AEE e as necessidades especiais dos alunos com surdocegueira.

Os resultados obtidos indicaram: ausência de uma ação planejada, gerando improvisação e fragmentação das ações do AEE; isolamento dos profissionais, decorrendo em ações pedagógicas desarticuladas entre os professores da sala regular e os especialistas; desconhecimento das necessidades educacionais especiais dos alunos com surdo cegueira e conseqüente invisibilidade desses alunos no espaço escolar.

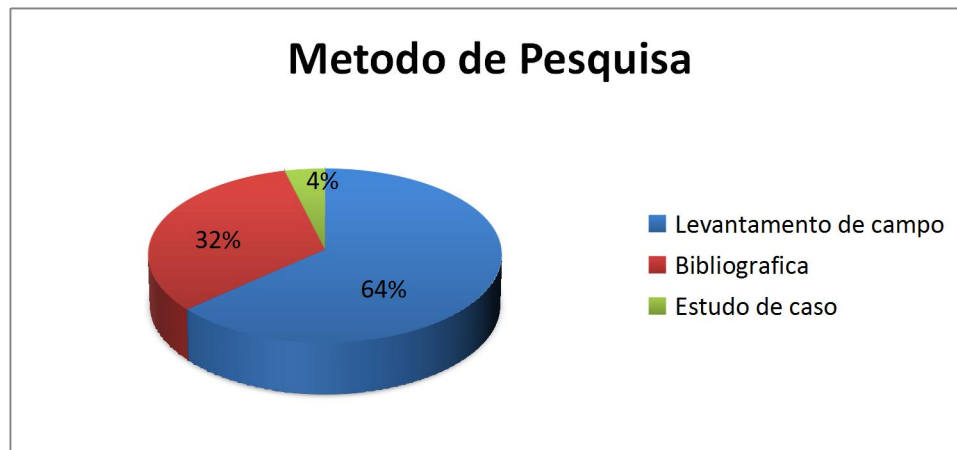
## **5. ANÁLISE DOS ESTUDOS**

Para a realização da análise dos estudos que tratam sobre avaliação da aprendizagem na educação inclusiva através do banco de dados da Scielo, levamos em consideração os seguintes aspectos: a metodologia, os sujeitos da pesquisa e os resultados.

### **5.1. Procedimento das pesquisas**

Quanto ao método de pesquisa realizada destaca-se que a maioria dos estudos avaliados se caracterizou em pesquisas de campo<sup>2</sup>. Sendo que onze pesquisas relatam o uso dessa metodologia, correspondendo a 64% do total de estudos, quanto ao procedimento referente ao estudo bibliográfico<sup>3</sup> constataram-se

oito artigos, com percentual de 32%. Já no que diz respeito ao estudo de caso<sup>4</sup> apenas um artigo utilizou esse método com percentual de 4%. Conforme demonstra o gráfico abaixo:<sup>2</sup>



Percebeu-se, nas técnicas de análise de dados que todos os artigos são de abordagens qualitativas, porém apenas a pesquisa de Carvalho, Coelho, Tolocka (2016) traz abordagem de estudo quali-quantitativa.

Além disso, os instrumentos mais utilizados na coleta de dados dos estudos analisados foram as entrevistas e os questionários, que são típicos das pesquisas qualitativas. Versando sobre temas básicos a avaliação, assim como, a inclusão dos alunos nas práticas de ensino, identificando desde uso de material didático ao método de ensino abordado pelos professores. E também, as dificuldades enfrentadas pelo professor e os alunos durante o processo de ensino aprendizagem.

## 5.2. Sujeitos das pesquisas

Por ser tratar de uma prática que permite maior interação entre os participantes e a construção coletiva do conhecimento, os estudos apontam que as entrevistas e aplicação de questionários tiveram como participantes professores,

<sup>2</sup> Carvalho, Coelho, Tolocka (2016); Vieira,Ramos, Simões (2018); Junior (2017); Pereira (2017); Muniz, Martinez (2015); Barsarewan, Silvestre (2010); Pinto, Amaral (2019); Ramos, Garcia (2019); Junior, Lacerda (2018); Santiago, Santos, Melo (2017);

<sup>3</sup> Saul (2015); Bauer, Alavarsel, Oliveira (2015); Ferreira (2015); Laguardia, Portela, Vasconcellos (2007); Freitas (2012); Fernandes(2012); Ferreira, Neves Rahme (2019); Neves (2017);

<sup>4</sup>Galvão, Miranda (2013)

alunos, e também gestão/coordenação da escola, tendo a pesquisa de caráter exploratório, ou seja, onde estimularam os entrevistados a pensarem de forma livre sobre o assunto abordado.

Os autores Carvalho, Coelho, Tolocka (2016); Vieira,Ramos, Simões (2018); Junior (2017); Pereira (2017); Muniz, Martinez (2015); Pinto, Amaral (2019); Ramos, Garcia (2019); Junior, Lacerda (2018); trouxeram em seus estudo essa técnica de pesquisa, a realização de entrevista com os professores da escola, visando a propor os desafios presentes na relação entre esses profissionais, e conhecer as suas percepções acerca da avaliação e a educação inclusiva dos alunos.

### **5.3. Resultados dos estudos**

Observou-se nos artigos apresentados que a avaliação da aprendizagem é uma importante ferramenta à disposição dos professores para alcançar o principal objetivo da escola, fazendo com que todos os educandos tenham melhor desempenho. Além disso, discutir os critérios de avaliação de forma coletiva sempre ajuda a obter resultados melhores para todos, pois, deve haver um trabalho participativo e colaborativo no planejamento e no desenvolvimento das atividades propostas.

Logo, adaptar as atividades, planejar metas, elaborar e ampliar as propostas são objetivos que inserem os indivíduos em um processo dialógico, reflexivo, dinâmico e inclusivo da avaliação na aprendizagem. É necessário que se aproxime as práticas educativas, incluindo-se a avaliativa, trazendo à realidade e especificidades dos alunos. Como se tem visto, a avaliação formativa é com certeza um elemento no desenvolvimento do sucesso educativo.

Contribuindo dessa forma para pensar a avaliação na perspectiva da educação inclusiva, os artigos destacam a relação entre o professor de sala regular e o profissional do AEE, voltada a pensar em estratégias e métodos para conduzir a aprendizagem de maneira mais ampla para que não haja a exclusão de nenhum aluno. Além disso, é possível que o aluno tenha melhor desempenho em seu aprendizado quando esses dois profissionais trabalham colaborativamente oferecendo assim, alternativas para seu desenvolvimento educativo.

Além disso, os artigos permitem concluir que é necessário criatividade, trabalho, saber e meios para que o ensino seja verdadeiramente eficaz para todos e

para que a escola tenha uma educação adequada e de qualidade, cujo objetivo será o sucesso de todos. No entanto, o responsável para uma avaliação da aprendizagem na educação inclusiva, deve possuir conhecimento teórico relacionado ao processo de desenvolvimento, tendo mais subsídios para colocar em prática suas ações com alunos com deficiência.

Em uma avaliação geral dos textos observa-se ainda a necessidade de se avaliar a própria inclusão, ponderando sobre os métodos, recursos, formações e instrumentos avaliativos.

Além disso, segundo os autores dos citados artigos, o centro para a efetiva inclusão é o comprometimento dos docentes e da direção das instituições com as ações inclusivas. Nesse sentido, para que se tenha essa organização de forma inclusiva, deve haver formação de professores, pois em alguns casos, mencionados nos artigos em análise, os professores não tiveram o a oportunidade ou não tem conhecimentos para lidar com essa modalidade de ensino, muito embora saibam que estes alunos tenham o mesmo direito dos demais, garantido por lei, a qual permite que estes possam ser matriculados em salas regulares.

## **6. CONCLUSÕES**

Os resultados obtidos nos presentes estudos sobre avaliação da aprendizagem destacam que nesse processo torna-se necessário promover estratégias com objetivos diferenciados considerando as possibilidades de acompanhar o desenvolvimento de cada educando. Assim destaca-se que a avaliação da aprendizagem se constitui pelas formas nas quais os educandos demonstram o que aprenderam em diferentes momentos.

Possibilitando ao educador descobrir as possibilidades de aprendizagem, o fazer fluir da arte, a partir de novas experiências. E é neste viés investigativo que o docente poderá avaliar para promover, elaborando propostas que desvendem o potencial de aprendizagem dos educandos com deficiência.

Portanto, para que haja de fato uma avaliação na educação inclusiva, devem-se criar mecanismos para assegurar às necessidades do aluno com deficiência, com planejamento consciente e responsável para a inclusão.

Logo, a necessidade da formação continuada, tanto para os professores de sala de aula quanto os profissionais do AEE, para conduzir a aprendizagem de

forma mais extensa. Se bem que, todos os envolvidos precisam estar preparados para atender os alunos com deficiência, desde o porteiro até a direção/coordenação da instituição de ensino.

Ao longo das discussões, observou-se nos estudos de maneira satisfatória às demandas para a inclusão. No entanto, é na elaboração que se encontram as maiores dificuldades. Vários instrumentos de avaliação já verificam a existência dos mecanismos de inclusão, então em uma primeira medida, propõe-se não apenas verificar, mas diagnosticar se as ações, as práticas, os equipamentos e a infraestrutura presentes nos espaços ser atendem efetivamente à inclusão, isto é, analisar o grau de realidade dessas estruturas e ações.

Outro ponto relevante detectado nos estudos é o papel do professor. Foi quase geral a ideia de que o elo principal na sala de aula e no atendimento educacional especializado ao aluno com deficiência é o professor. Por isso, citou-se a necessidade da formação do professor. Entretanto, mostraram-se imprescindível que a formação seja continuada, tanto para os professores de sala de aula quanto os profissionais do AEE. Apesar dessa evidência do professor, todos os envolvidos precisam estar preparados para atender os alunos com deficiência, desde o porteiro até a direção/coordenação da instituição de ensino.

De fato, os alunos com deficiência vivem as mesmas experiências dos demais alunos. Contudo, eles possuem singularidades que precisam ser atendidas satisfatoriamente para que, ao final do ensino, sintam-se preparados para a vida fora do âmbito educacional. Ressalta-se a necessidade de viabilizar a interação social, tanto na sala de aula regular, quanto nas salas de AEE, pois, vem a contribuir para o desenvolvimento pessoal e a autonomia do aluno com ou sem deficiência.

As compreensões construídas nesta pesquisa me fizeram entender que, para que realmente haja uma avaliação na perspectiva da inclusão, o educador precisa ter o entendimento das singularidades no processo da aprendizagem dos educandos, em que as experiências com os educandos com deficiência trazem oportunidades para reflexões sobre a avaliação da aprendizagem.

## **7. REFERENCIAS**

BAUER, A.; ALAVARSE, O.M.; OLIVEIRA, R.P. Avaliação em larga escala: uma sistematização do debate. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1.367-1.382, 2015.

BRASIL, Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência – **Lei Brasileira de Inclusão**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em 20 de janeiro de 2021.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**, modalidade Educação Especial. Resolução CNE/CEB, número 4/2009. Brasília, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

CARVALHO, Alexandre Freitas; COELHO, Vitor Antonio Cerignoni and TOLOCKA, Rute Estanislava. **Professores de educação infantil e temas sobre inclusão de crianças com deficiência no ensino regular**. Educ. Pesqui. [online]. vol.42, n.3, 2016.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is.”** Porto Alegre: Mediação, 2004.

CEB. Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília: 2009.

CEE. Resolução nº 436 de 29 de fevereiro de 2012. Normas para a Educação Especial e para o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Ceará: 2012. Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-436-2012-ce\\_239085.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-436-2012-ce_239085.html). Acesso em 24 de janeiro de 2021.

CUNHA, Débora Alfaia da. **Avaliação da Educação Superior: condições, processos e efeitos da auto avaliação nos Cursos de Graduação da UFPA**. Doutorado em Educação. 01/12/2010 356 f. Universidade de Brasília, Brasília, 2010

FANTACINI, Renata Andrea Fernandes and DIAS, Tércia Regina da Silveira. **Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual**. Rev. bras. educ. espec. [online]. vol.21, n.1, pp.57-74,2015.

FERNANDES, Domingos. **A avaliação das aprendizagens no Sistema Educativo Português**. Educ. Pesqui. vol.33 no.3 São Paulo Sept./Dec. 2007

FERREIRA, Carlos Alberto. **A avaliação das aprendizagens no ensino básico português e o reforço da avaliação sumativa externa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 153-169, 2015.

GALVÃO TF, PEREIRA MG. **Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração.** Epidemiol Serv. Saúde. 2014 jan-mar; 23(1): 183-4.

GALVÃO, N.C.S. S.; MIRANDA, T. G. **Atendimento Educacional Especializado para alunos com surdocegueira: um estudo de caso no espaço da escola regular.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 19, n 1, Marília, p. 43-60, Jan-Mar, 2013.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

LAGUARDIA, Josué; PORTELA, Margareth. C.; VASCONCELLOS, Miguel. M. **Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem.** Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 513-30, 2007.

LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.** 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 2002

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **A integração de pessoas com deficiência: Contribuição para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Ed.. SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Tereza. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** SP: Moderna, 2003.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo.** São Paulo, EPU, 1986

MUNIZ, Luciana Soares; MARTÍNEZ, Albertina Mitjás. **A expressão da criatividade na aprendizagem da leitura e da escrita: um estudo de caso.** Educação e Pesquisa, [s.l.], v. 41, n. 4, p.1039-1054, 10 abr. 2015.

NEVES, Libéria Rodrigues. **Contribuições da Arte ao Atendimento Educacional Especializado e à Inclusão Escolar.** Rev. bras. educ. espec. [online]. 2017, vol.23, n.4, pp.489-504.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid and FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. **Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva.** Educ. Real. [online]. vol.44, n.1, 2019.

PEREIRA, Íris Susana Pires. **O princípio de prática situada na aprendizagem da literacia: a perspectiva dos alunos.** Educ. Pesqui. [online]. 2017, vol.43, n.2, pp.393-410. Epub Feb 23, 2017.

Pinto, U. G. e Amaral, H. M. **Formação docente continuada e práticas de ensino no atendimento educacional especializado.** Pro Posições vol.30 Campinas 2019 Epub Dec 02, 2019.

Ramos, D. K. e Garcia, F. A. **“Jogos digitais e aprimoramento do controle inibitório: um estudo com crianças do atendimento educacional especializado”.** Rev. Bras. Ed. Esp. Bauru, v.25, n.1, p.37-54, (2019).

SANTIAGO, Mylene Cristina; SANTOS, Mônica Pereira dos and MELO, Sandra Cordeiro de. **Inclusão em educação**: processos de avaliação em questão. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2017, vol.25, n.96, pp.632-651.

SAUL, Ana Maria. **Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação**: por uma educação democrática e emancipatória. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1299-1311, 2015.

SEABRA JUNIOR, MANOEL OSMAR and LACERDA, LONISE CAROLINE ZENGO DE. **Atendimento Educacional Especializado**: planejamento e uso do recurso pedagógico. Rev. Bras. Educ. [online]. 2018, vol.23, e230016. Epub Mar 05, 2018.

VIEIRA, A. B.; RAMOS, I. de O.; SIMOES, R. D. **Inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento: atravessamentos nos currículos escolares**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 44, e180213, 2018.